



Anais da Assembléia

Nº 139

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 31 DE OUTUBRO DE 1.979

ANO V

1ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA DA 132ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 1.979

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Fabiano Braga Côrtes, secretariada pelos Senhores Deputados Túlio Zanchet e Gilberto Carvalho.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguinaldo Pereira Lima, Airton Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (57); achando-se ausente, em missão cultural, o Sr. Deputado Ezequias Losso.

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO — Procede à leitura do seguinte EXPEDIENTE:

Ofícios:

Sob o número 241/79, do Sr. Orlando Bruno Olenski, Presidente da Câmara Municipal de Guaratuba, no qual apresenta agradecimentos pela brilhante participação dos nobres Parlamentares sobre abertura de Postos de Gasolina, nos fins de semana no litoral paranaense. — **Ciente. Arquite-se.**

Sob o número 163/79, do Sr. Alúcio Leoni Levandoski, nos seguintes termos:

“Valemo-nos do presente, a fim de levar ao seu conhecimento, que foi por unanimidade de votos dos Senhores Vereadores desta Câmara Municipal, a aprovação de solicitação formulada pelo Vereador Teófilo Placeski, no sentido de solicitar de Vossa Excelência sua especial atenção e deferência, para que, junto aos demais Digníssimos Deputados dessa ínclita Casa de Leis se irmanem num esforço comum, e aprovelem por unanimidade de votos, o projeto de lei que ora tramita nessa augusta Casa, de autoria do eminente Deputado Lineu Turra, e que diz respeito a instituir em nossa cidade a Fundação Educacional”. — **Ciente. Arquite-se.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, a consignação na ata dos trabalhos de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. EULER CARVALHO, benquista

honrado comerciante em Cornélio Procópio.

O extinto, que era casado com a professora Elza Lazan de Carvalho, deixa ainda inconsolável, filhos parentes e toda a comunidade procopense.

Requer, ainda, uma vez aprovado, seja dado ciência à estimada família enlutada.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.979.

(a) ROSÁRIO PITELLI

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se insira na ata dos trabalhos, um voto de regozijo pela passagem do 10.º aniversário de Campina da Lagoa, que ocorrerá no dia 04 de novembro do corrente ano.

Requer também, que do pronunciamento da Casa, se dê ciência ao Sr. Prefeito Municipal e Câmara de Vereadores.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Nada mais justo que nos regozijemos com a efeméride do Município de Campina da Lagoa, por ser o mesmo um dos mais pujantes de toda a Região do Centro Oeste paranaense. Daí, nós que representamos uma parcela ponderável de sua população, o fazemos com grande galhardia, dizendo a todos os habitantes daquele município a nossa grande satisfação de, com eles, participar de seus anseios e aspirações.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor, ouvido o Plenário, REQUER seja expedido voto de solidariedade à luta desenvolvida pela Igreja, através da Comissão de Justiça e Paz e CNBB, Regional Sul 2, no episódio de melhoria salarial dos metalúrgicos de Curitiba.

Sala das Sessões, em 01 de outubro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Srs. Amauri Ângelo Stabile, Ministro da Agricultura, Karlos Rischbieter, Ministro da Fazenda, Ernani Galveas, Presidente do Banco do Brasil e Alécio Vaz Primo, Diretor da Carteira de Crédito Rural do Banco do Brasil, contendo reivindicações no sentido de que seja criada e implantada uma Agência do Banco do Brasil, na cidade de Roncador, neste Estado.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.979.

(a) LÁZARO DUMONT

JUSTIFICATIVA:

Estando situado numa região essencialmente agrícola, o Município de Roncador, desde a muito reivindica a criação e instalação de uma Agência do Banco do Brasil, através de suas lideranças políticas, agropecuárias e comerciais, procurando, desta forma, evitar o deslocamento de sua população para outros centros, quando necessitam fazer algum financiamento ou transações comerciais com aquela instituição de crédito do Governo Federal. Em anexo, estamos apresentando um gráfico das principais culturas agrícolas naquele município, forne-

cido pelo Núcleo Regional de Campo Mourão, órgão da Secretaria de Estado da Agricultura, contendo também o número de habitantes, tanto na zona urbana como na zona rural, densidade demográfica e capacidade estática de armazenagem, bem como um abaixo assinado, com assinaturas colhidas junto às pessoas que compareceram na reunião realizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais, com o intuito de reivindicarem várias benfeitorias junto aos Governos Federal e Estadual, para a implantação de órgãos de atendimento à agricultura, e entre estas reivindicações, a instalação de uma agência do Banco do Brasil.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Súmula: Requer envio de expediente à Secretaria da Agricultura, Secretaria dos Transportes, Secretaria do Planejamento, Secretaria da Fazenda. EMATER, Governo do Estado, Assistência Federal e, se possível, com a GEACAP (Grupo Especial para Assuntos de Calamidade Pública), visando a prestação de socorros ao Município de Toledo-PR.

O Deputado que este subscreve, usando de suas prerrogativas legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expedientes aos órgãos governamentais, Secretarias Estaduais e demais órgãos acima nominados, visando a urgente prestação de socorros ao Município de Toledo, Oeste do Paraná, duramente atingido por chuvas e temporais.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.979.

(a) NELTON FRIEDRICH

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente ao Excelentíssimo Senhor Superintendente do IPE do Paraná, para que o mesmo atenda as reivindicações solicitadas pela LOJA MAÇÔNICA OLIVEIRA ZANINI, 45, de Campo Mourão, que através memorial, solicita a instalação do Núcleo Regional do IPE em Campo Mourão, além de vários lbenefícios necessários ao bom atendimento do funcionalismo público da Região Centro Oeste Paranaense.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se envie expediente aos Excelentíssimos Srs. Karlos Rischbieter, Delfin Neto e Amaury Stábile, respectivamente Ministros da Fazenda, Planejamento e Agricultura, e aos Excelentíssimos Srs. Diretores do Banco do Brasil e Banco Central do Brasil, solicitando a instalação de "Postos Avançados" do Banco do Brasil, nos Municípios de Mamborê, Janiópolis, Boa Esperança, Campina da Lagoa, Nova Cantu, Roncador, Iretama, Barbosa Ferraz, Fênix, Araruna, Quinta do Sol e Peabiru, todos no Estado do Paraná.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.979.

(a) DARCY DEITOS

JUSTIFICATIVA:

Sabedores de que o Governo pretende instalar 6.800 (seis mil e oitocentos) Postos Avançados do Banco do Brasil, o que por certo irá acelerar o processo de financiamento ao agricultores de nosso País, a fim de que os mesmos possam auxiliar decisivamente no progresso de todos nós, vimos fazer a presente solicitação, para que os municípios de uma das mais produtoras regiões, não só de nosso Estado mas como de todo o

Brasil, também se possa beneficiar dessa medida salutar.

Descreveremos daqui para diante de maneira sucinta os dados estatísticos que nos levam a fazer essa solicitação, para que o bom senso dos administradores, analisem e concedam o ora solicitado.

Todos os municípios os quais solicitamos a medida, pertencem à Micro Região da COMCAM, e nessa região só possuímos três estabelecimentos do Banco do Brasil: o de Campo Mourão, sede da Micro Região, o de Engenheiro Beltrão, e Ubatã, o que dificulta em muito as transações a serem efetuadas pelos agricultores, devido terem que se deslocar em grandes distâncias para vir em busca de recursos imprescindíveis para a sua produção agrícola.

Entre os municípios que já estavam no plano anterior para a instalação de seu Posto Avançado do Banco do Brasil, está o Município de Mamborê, que lamentavelmente não recebeu esse benefício, sendo que lá instalou-se um posto do Banco Brasileiro de Descontos e não o tão esperado, do Banco do Brasil.

DADOS DOS MUNICÍPIOS:

MAMBORÊ:

Área, 1.275 km². - altitude - 780 m² - distância da sede Campo Mourão, 36 km - capacidade armazenadora, 129.175 toneladas - principais produtos: soja, 107.300 t; trigo, 25.200 t; algodão, 9.100 tn; arroz, 4.410 tn; feijão, 4.290 tn e outros produtos com menor expressão. Sua população é atualmente de 50.000 habitantes, aproximadamente.

JANIÓPOLIS:

Área, 674 km² - altitude, 732 m - distância da sede Campo Mourão, 41 km - capacidade armazenadora, 3.750 tn; principais produtos: soja, 10.000 tn; trigo, 3.840 tn; algodão, 5.670 tn; arroz, 1.500 tn; feijão, 900 tn; milho, 7.632 ton. Sua população está estimada em 35.000 habitantes.

BOA ESPERANÇA:

Área, 295 km² - altitude, 660m; distância da sede Campo Mourão, 70km - capacidade armazenadora, 35.747 tn- principais produtos: soja, 22.000 tn; trigo, 7.110 tn; algodão, 2.795 tn; arroz, 605 tn; feijão, 216 tn; milho, 2.180 tn; entre outros produtos. Sua população está estimada em 20.000 habitantes.

CAMPINA DA LAGOA:

Área, 799 km²- altitude, 780 m - distância de sua sede Ubatã, 29 km - capacidade armazenadora, 4.932 tn - principais produtos: soja, 30.000 tn; trigo, 9.353 tn; algodão, 462 tn; arroz, 2.100 tn; feijão, 2.771 tn; milho, 27.136 tn; entre outros produtos. Sua população está estimada em 52.000 habitantes.

NOVA CANTU:

Área, 653 km² - altitude, 750 m - distância da sede, que é Ubatã, 59 km - capacidade armazenadora, 2.700 tn - principais produtos: seja, 15.200 tn; trigo, 3.847 tn; algodão, 390 tn; arroz, 1.800 tn; feijão, 3.300 tn; milho, 24.592 ton. Sua população está estimada em 22.000 habitantes.

RONCADOR:

Área, 727 km² - altitude, 800 m - distância da sede que é Campo Mourão, 72 km - capacidade armazenadora, 780 tn- principais produtos: soja, 8.500 tn; trigo, 478 tn; milho, 32.648 tn. Sua população está estimada em 18.000 habitantes.

IRETAMA:

Área, 590 km² - altitude, 780 m - distância da sede que é Campo Mourão, 65 km - capacidade armazenadora, 2.361 tn. Principais produtos: soja, 7.600 tn; trigo, 2.136 tn; algodão,

1.370 tn; arroz, 2.160 tn; feijão, 2.400 tn; milho, 32.436tn. Sua população está estimada em 22.000 habitantes.

BARBOSA FERRAZ:

Área de 776 km² - altitude, 730 m - distância de Engenheiro Beltrão, 46 km - produtos principais: feijão, 13.200 tn; soja, 19.000 tn; café, 6.374 tn; milho, 8.000 tn; algodão, 1.560 tn; trigo, 1.920 tn, além de um apreciável rebanho de bovinos e suínos. Sua população está estimada atualmente em 50.000 habitantes.

FÊNIX:

Área: 212 km² - altitude, 722 m - distância da sede que é Engenheiro Beltrão, 33 km - produtos principais: soja, 12.000 tn; trigo, 7.800 tn; café, 1.000 tn; feijão, 576 tn; algodão, 800 tn; sendo que sua população está atualmente estimada em 22.000 habitantes.

ARARUNA:

Área, 468 km² - altitude, 660 m - distância da sede, 28 km - capacidade armazenadora, 1.530 tn; principais produtos: soja, 18.000 tn; trigo, 6.815 tn; algodão, 2.795 tn; arroz, 2.100 tn; feijão, 786 tn; milho, 8.904 tn; sendo sua população atualmente estimada em 32.000 habitantes.

QUINTA DO SOL:

Área, 313 km² - altitude, 632 m - distância de Engenheiro Beltrão, 13 km - principais produtos: soja, 23.870 tn; milho, 14.148 tn; trigo, 5.831 tn; feijão, 3.423 tn; arroz, 990 tn; café, 2.500 tn; algodão, 1.850 tn; mamona, 63 tn; e sua produção está atualmente estimada em 23.000 habitantes.

PEABIRU:

Área, 557 km² - altitude, 640 m - distância da sede Campo Mourão, 12 km - capacidade armazenadora, 70.320 tn; principais produtos: soja, 44.000 tn; trigo, 12.194 tn; algodão, 1.386 tn; arroz, 1.500 tn; feijão, 819 tn; milho, 8.904 tn, entre outros produtos. Sua população está atualmente estimada em 32.000 habitantes.

Obs: Estatísticas fornecidas pela ACARPA e IBGE - censo 1.977.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de requerimento ao Excelentíssimo Sr. Desembargador Marino Bueno Brandão Braga, DD. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, vazado nos seguintes termos: "O Deputado Tércio Albuquerque, tem a subida honra de vir à presença de Vossa Excelência, a fim de solicitar a especial fineza de que esse órgão solicite à Assembléia Legislativa do Estado, a criação dos Distritos Judiciários de Diamante d'Oeste e Ramilândia, no Município de Matelândia".

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Os Distritos Administrativos de Diamante d'Oeste e Ramilândia, foram criados através da Lei Estadual 7.186 de 18 de julho de 1.979, estando assim atendidas as condições para que as pretendidas criações e instalações de Distrito Judiciário impliquem no conseqüente provimento de:

a) Secretaria de Foro Extrajudicial (Tabelião de Registros e de Notas);

b) Justiça de Paz Temporária;

c) Subdelegacia de Polícia.

A efetivação do solicitado no presente requerimento

é sem dúvida fator essencial ao desenvolvimento das comunidades acima referidas.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Presidente da COPEL, Dr. Douglas Souza Luz, solicitando a implantação dos projetos de eletrificação rural do Município de Matelândia, conforme levantamentos e cadastramento já efetuado.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.979.

(a) TERCIO ALBUQUERQUE

JUSTIFICATIVA:

Um amplo programa de eletrificação rural foi desenvolvido no Estado do Paraná num curto espaço de tempo, beneficiando milhares de famílias rurícolas com luz e energia elétrica, hoje uma necessidade irrevogável para a consolidação do desenvolvimento da agricultura. Todavia, ao lado dos projetos implantados, outros ainda carecem de definição quanto à sua execução. É esse o caso do Município de Matelândia, onde existem vários levantamentos e projetos, com o devido cadastramento dos agricultores interessados.

Solicito à Companhia Paranaense de Energia Elétrica que agilize a implantação desses projetos, pois a eletrificação rural entre outras inúmeras vantagens e benefícios ao trabalhador rural, fixa o homem no campo, além de aperfeiçoar os sistemas técnico-agrícolas de base e aprimorar o manuseio de máquinas e equipamentos. Assim, fundamento a minha solicitação, com base no exposto, e nos demais aspectos do desenvolvimento sócio-econômico, do conhecimento das autoridades ligadas ao setor. Aliás, a imediata instalação da eletrificação rural de Matelândia é necessária para a continuidade da escala desenvolvimentista do município, evitando abalos na estrutura agrícola e sócio-econômica.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, o envio de sugestão ao Excelentíssimo Sr. Secretário da Cultura e Esportes, sugerindo àquela Secretaria que, a exemplo do que foi proposto pelo Ministro-Chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República à CBD, conclame a Federação Paranaense de Futebol, para que, antes de cada partida interestadual, convide os atletas, dirigentes e todo o público presente, para cantarem o HINO NACIONAL BRASILEIRO.

A promoção do civismo e do patriotismo, é dever de cada brasileiro, e sem dúvida alguma, não haverá melhor oportunidade para o exercício dos atos cívicos do que em praças de esportes, onde a concentração humana se faz sentir com entusiasmo e vibração.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.979.

(a) DOMÍCIO SCARAMELLA

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 179/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica concedido o título de CIDADÃO HONORÁRIO DO PARANÁ, ao Dr. ARNALDO FAIVRO BUSATO.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1.979.

(a) DAVID CHERIEGATE

APOIAMENTO: Tércio Albuquerque, Túlio Zanchet, Antônio Facci, Nelson Friedrich, Fuad Nacli, Deni Schwartz, Darcy Deitos, Fabiano Braga Côrtes, Gilberto Carvalho, Nilso Sguarezzi,

Trajano Bastos, Rosário Pitelli, Erondy Silvério, Nelson Bufara, Fiori Luiz, Carlos Zanlorenzi, Paulo Camargo, Ailton Cordeiro, José Domingos, João Elísio, Gabriel Manoel, Nestor Baptista, Cyro Martins, Renato Bernardi, Luiz Alberto de Oliveira.

JUSTIFICATIVA:

Nascido na cidade de Jaú, no Estado de São Paulo, o Dr. Arnaldo Busato formou-se pela Faculdade de Medicina da Universidade do Paraná, exercitando sua atividade profissional, com destaque, no interior de nosso Estado. Disso resultou seu elevado conceito junto ao povo, que culminou por elegê-lo Deputado Estadual, inicialmente, e Deputado Federal, posteriormente.

Como atividade intermediária ocupou o Dr. Arnaldo Busato, várias vezes, Secretarias de Estado, além de exercer toda uma série de importantes cargos, que nos dispensamos de explicitar por estarem arrolados no "currículum vitae" anexo a este.

Sendo justa a homenagem que pretendemos prestar a um grande servidor da causa paranaense, encarecemos para o projeto, o apoio dos colegas Deputados.

PROJETO DE LEI N.º 180/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica proibido o uso do fumo nos veículos de transporte coletivo intermunicipal e no interior de estabelecimentos de ensino público estadual.

Art. 2.º — Aos infratores do disposto no artigo anterior será imposta a retirada do veículo ou do recinto em que se encontrem.

Art. 3.º — A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de outubro de 1979.

a) FABIANO BRAGA CÔRTEZ

JUSTIFICATIVA:

Os efeitos nocivos do vício de fumar constituem preocupação constante entre médicos, autoridades de saúde pública e grupos interessados de todas as partes.

Se o progresso da Medicina e dos conhecimentos de Higiene e Saneamento facultou à humanidade libertar-se parcial ou totalmente de alguns de seus flagelos, como a malária e a varíola, não lhe permitiu, ainda, livrar-se de um mal que se constitui em verdadeira epidemia crônica constante, ou seja, o tabagismo.

Ao contrário de outras epidemias, a do fumo, embora tão ou mais maléfica que as outras, é atraente, perfeita, pois, se propaga através do cigarro, que se adquire direta e voluntariamente em qualquer esquina, a preço acessível.

Inimigo insidioso que é, o tabagismo está a exigir combate continuado, como o que já se verifica em muitos países, inclusive no Brasil.

Em nosso meio já se esboçam algumas iniciativas nesse sentido, como certas medidas no âmbito da Municipalidade Curitibana e a recente instituição, pelo Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, de uma comissão incumbida de organizar e dar curso ao "Programa Estadual Contra o Fumo".

A vedação contida no presente projeto, ao autor parece ser a melhor colaboração que pode a Assembléia dar ao "Programa", dentro de sua esfera de competência, além de apoio e prestigiamento que não lhe negará em momento algum.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, nobre Deputado Renato Bueno.

O SR. RENATO BUENO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Na data de sete de agosto do corrente ano, nesta Casa de Leis, nós requeríamos à Mesa a antecipação do preço

garantia do café e justificamos dizendo: "que era necessário tal antecipação, para se obter um preço mais realista para o café, atendida a realidade inflacionária de nossos dias...", para adiante afirmar: "na realidade, Senhores, se o Governo persistir em discriminar o café, impondo preços internos irreais e uma elevada taxa de confisco cambial, o que ocorrerá é o abandono da cafeicultura por parte dos produtores agrícolas."

Reunido na data de 24 de outubro próximo passado, o Conselho Monetário Nacional, resolveu antecipar para 1.º de novembro a entrada em vigor do preço de garantia do café de Cr\$ 3.800,00, anteriormente prevista para janeiro de 1980, e para 1.º de fevereiro a vigência do preço de Cr\$ 4.200,00, que só vigoraria em abril.

Tal medida vem atender os termos do requerimento enviado, atenuando as já conhecidas dificuldades do setor ligado à cafeicultura.

As desigualdades econômico-sociais crescentes entre as várias regiões do País, o déficit da balança comercial e da balança de pagamentos, o volume inquietante de nossas dívidas externas, trazem-nos à lembrança que a cultura cafeeira há décadas deixou de desempenhar um papel liderante nos Estados de São Paulo e do Paraná, transferida que foi para o Centro, Nordeste e Norte do País.

É necessário por parte das autoridades, medidas concretas que venham atenuar as já conhecidas dificuldades do setor ligado à cafeicultura, além da antecipação do preço garantia, recebemos com satisfação a prorrogação do prazo para pagamento dos débitos referente ao custeio da safra 78/79 e já vencido no final do mês passado, ficando transferido para o dia 30 de novembro.

Esses importantes passos em prol da cafeicultura brasileira, demonstra a sensibilidade do Governo Federal, para discutir abertamente os problemas agrícolas e financeiros, visando diminuir obstáculos criados junto a órgãos federais.

Dentro do quadro atual onde os cafeicultores esperam e fazem por merecer outros auxílio, tais como a extinção da cota de contribuição, (confisco cambial) que o eminente Deputado Estadual Ruben Valduga ao abordar o problema taxou de inconstitucional tal confisco, conclamando uma frente única, para legitimar de maneira organizada e racional, as reivindicações no setor da cafeicultura, para trazermos uma nova mentalidade e por conseguinte uma nova política para o Instituto Brasileiro do Café.

Eram estas, Sr. Presidente, Srs. Deputados as minhas palavras para enaltecer tais medidas do Conselho Monetário Nacional e dizer que continuaremos vigilantes em defesa da cafeicultura paranaense, e desde já nos colocamos à disposição dos demais membros deste Poder, para discutirmos os problemas e as soluções pertinentes a um dos setores que mais divisas traz ao País."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Rosário Pitelli, inscrito.

O SR. ROSÁRIO PITELLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Ainda ressoam em nossos ouvidos, divulgados que foram abundantemente os altos propósitos de se promover, a qualquer custo, o aumento da produção agrícola e pastoril, com o que se conseguiria, a um só tempo, estacionar o encarecimento dos gêneros alimentícios da mesa do povo brasileiro, como se obteria o equilíbrio da balança de pagamentos, da dívida externa e as dificuldades energéticas, com a exploração intensiva e extensiva dos produtos capazes de gerar álcool!"

Entre as teses levantadas, pelas nossas autoridades no assunto, para que aquele nobre objetivo fosse alcançado, impunha-se uma taxa progressiva sobre as áreas inexploradas das grandes propriedades, ou os chamados latifúndios.

Segundo dados divulgados, existem no Brasil cerca de qua-

tro milhões de propriedades agrícolas, somando uma superfície de 490 milhões de hectares, ou duzentos milhões de alqueires paulistas.

Entretanto, apenas 1,7% dos proprietários, ou sejam 68 mil proprietários, detêm 255 milhões de hectares, o que representa 52% da área total nas propriedades agrícolas brasileira, de acordo com dados obtidos em 1976 pelo INCRA, ou Instituto Brasileira de Reforma Agrária.

O levantamento constatou, ainda, um avanço dos latifúndios em relação ao ano de 1972.

Foram constatadas em 1976, cerca de 9.200 proprietários com áreas superiores a 5.000 hectares, que, embora representando apenas 0,25% do total das propriedades, somavam 30% do total da área destinada às atividades pecuárias nacionais.

O INCRA catalogou ainda no seu último levantamento 204 latifúndios por dimensão que possuem em conjunto uma área de vinte e cinco milhões de hectares, somando uma superfície idêntica a de um país como a Bélgica.

Em contrapartida, segundo ainda os comentaristas especializados foram detectadas 2.758.740 (dois milhões, setecentos e cinquenta e oito mil e setecentos e quarenta) minifúndios os quais, juntos, perfazem uma área de 53 milhões de hectares. A área média, pois, de cada pequena propriedade, é de 19 hectares ou 8 alqueires paulistas.

Nste contexto, Senhores Deputados, enquanto os latifúndios apresentam sérios problemas econômicos com extensas áreas desocupadas, os minifúndios se apresentam de forma exaustivamente explorada e sem condições de manter sequer o sustento das famílias neles instaladas!

Senhores Deputados, ainda de acordo com os dados divulgados, o novo Imposto Territorial Rural não só não vai eliminar a evasão tributária, como, o que é gravíssimo não oferece perspectivas de aumento da produção, contrariando, desse modo, a finalidade governamental, que é a de aumentar a produção!

Todos entendem e asseguram que é preciso melhores preços e garantia do pagamento do preço, com o que o nosso País terá a produção agro-pastoril desejável!

Afirmam os "especialistas em direito tributário-fundiário que os pequenos produtores continuarão pagando proporcionalmente mais que os grandes proprietários, chamados latifundiários."

É um problema que exige a nossa colaboração, pois somos, ainda, um estado eminentemente agro-pastoril, e que conta nas suas bases de trabalho o pequeno proprietário, aquele que efetivamente planta o feijão, a cebola, a batata, a mandioca, o milho, os produtos hortigranjeiros, visando, pouco mais do que a sustentação de sua família, viza encaminhar o excedente colhido (quando as intempéries permitem) para as comunidades próximas, atendendo, ele sim ao pedido do poder público, porque o lavrador modesto acredita, como nós, no "Plante que o Governo garante", mas essa garantia tem que chegar antes da colheita e o pagamento do produto, sem intermediários, precisa acontecer coincidentemente com a entrega do produto assim que termine a colheita.

Todos nós, Deputados intimamente ligados a regiões agrícolas confiamos plenamente no trabalho de nosso Estado onde o Chefe do Governo Estadual com a experiência colhida e aproveitada como ex-Ministro da Agricultura, bagagem valiosa que nenhum outro Chefe de Executivo apresenta no Sul e Centro do Brasil, ao lado de outras campanhas também prioritárias deflagre a de cobrir técnica e economicamente o pequeno produtor paranaense, com o que, dentro do contexto brasileiro, tenhamos um maior número de mesas fartas de alimentos, e que o agricultor, o sementeiro, seja reconhecido como um verdadeiro soldado voluntário da produção, e não apenas um modesto lavrador."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — No Pequeno

Expediente, concedo a palavra ao nobre Deputado Nelson Friedrich, inscrito.

O SR. NELTON FRIEDRICH — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No último domingo, pela manhã, um verdadeiro dilúvio caiu sobre Toledo, com ventos e chuvas fortíssimas. As consequências foram as piores possíveis, mas, efetivamente, a partir de segunda e terças-feiras, é que se pode avaliar com mais profundidade as consequências de tal situação.

E ainda, ontem à tarde, recebíamos um telegrama da Câmara Municipal de Toledo, atendendo proposição de vereador daquela comunidade, pedindo, inclusive, que se solicitasse providência urgente para o quase estado de calamidade em que vive aquela população que nós aqui representamos.

Chuvas intermitentes, fizeram com que a coisa se agravasse e o Legislativo toledano, em correspondência remetida, já, às autoridades, também vem por nosso intermédio, solicitar até a aplicação das diretrizes do Decreto-Lei Federal n.º 67347, de 05 de outubro de 1970, Decreto esse de ação federal, na defesa contra as calamidades públicas.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Exatamente viemos à tribuna, neste dia, para, além de trazer esse quadro desanimador e preocupante, quando tivemos naquele município, casas ribeirinhas arrastadas e destruídas, lavouras completamente destruídas, com estabelecimentos, principalmente silos, inclusive postos de gasolina com desabamentos diversos; há vários desabrigados, e a coisa se agrava porque já uma vez recomposta um pouco a situação, sente-se que efetivamente, mais uma vez o solo foi terrivelmente afetado, com a erosão tornando aquela área totalmente imprestável para o plantio que já se fizera.

E a coisa se agrava mais, Sr. Presidente, Srs. Deputados, porque já há falta de sementes de cereais, de soja, para o replantio, inclusive com uma indústria, a Planalto S.A., lá instalada, tendo suas instalações totalmente desabadas, e, em consequência, perto de cinquenta mil sacas de soja-semente, foram totalmente destruídas, e este quadro que retrata efetivamente o quadro triste desta ocorrência climática, vem refletir no estado moral da própria população, já por diversas vezes atingida por situações climáticas adversas, ora de geada, seca ou chuvaradas, eis que mais uma vez vem recair sobre a região, e, em especial, sobre o Município de Toledo, um verdadeiro vendaval com fortíssimas chuvas e ventos, ocasionando as destruições referidas.

E estamos exatamente nesta tribuna, conclamando as autoridades estaduais e federais, em especial a EMATER, Secretaria da Agricultura, Secretaria de Transportes, Planejamento e Fazenda, através de uma ação do Governo do Estado e, com o Município, possam também acionar possível assistência federal, inclusive, com a possível presença do próprio GEACAP — que é o Grupo Especial para Assuntos de Calamidade Pública.

A prestação de socorro se faz primordial neste instante, já que o Município de Toledo há pouco tempo, ainda, presente sempre nos primeiros lugares em produção, quer de trigo, de soja e suinocultura, vê-se, agora, atingido na sua economia, inclusive com reflexos terríveis.

Neste instante, mais do que nunca é que conclamamos para que o Governo do Estado, que as Secretarias deste Governo, que possam desenvolver uma prestação de socorro, dêem a assistência necessária e que, inclusive, comissões se desloquem àquele município e àquela região, especialmente para melhor averiguar "in loco", as consequências dessa triste ocorrência na natureza.

Esta, a solicitação que fizemos aqui, de improviso, dada a urgência com que foram encaminhadas estas solicitações, e tão somente, Sr. Presidente, para que haja essa possibilidade de, presente o Governo do Estado, através das diversas Secretarias, junto com o Município, conclamar com a assistência federal, providências urgentes, medidas que venham diminuir essa situação verdadeiramente catastrófica que veio refletir, quer nas casas

ribeirinhas destruídas e arrastadas, nas lavouras completamente afetadas, nos desabamentos de diversos estabelecimentos, com vários desabrigados, com falta de sementes de cereais para o replantio, inclusive com firmas que tiveram conseqüências nefastas com a perda de cinquenta mil sacas de soja-semente totalmente destruídas.

Essas a conclamação neste momento em que Toledo necessita, efetivamente, de socorro.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Pequeno Expediente, ao Sr. Deputado Túlio Zanchet, inscrito.

O SR. TÚLIO ZANCHET — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupamos a tribuna nesta tarde, para trazer ao conhecimento da Casa, fatos como os que, há pouco, ouvimos do ilustre representante de Toledo e que dizem respeito à situação calamitosa que atravessam as regiões do Oeste e Sudoeste de nosso Estado.

Estivemos neste último fim de semana, visitando aquela Região e verificamos os danos causados pelas chuvas torrenciais que assolaram os Municípios de Francisco Beltrão, Enéas Marques, Salto do Lontra, Santa Isabel do Oeste, Ampère, Realeza, Barracão, enfim, toda a região Sudoeste.

Chuvas torrenciais que ali desabaram, removeram praticamente a totalidade da soja que tinha sido plantada e que estava na fase de brotação.

Os prejuízos são enormes, nesse sentido. Somas incalculáveis perderam todas aquelas municipalidades, pois muitas estradas que tinham sido refeitas, foram quase que totalmente destruídas. Pontes, pontilhões, foram levados, causando um verdadeiro drama a todos os administradores daquela região.

Sabem todos os Srs. Deputados, sabe o Sr. Presidente, a situação difícil que atravessam todos os municípios paranaenses e brasileiros, principalmente no final de ano, quando as suas receitas foram praticamente comprometidas. Encontram-se todos esses municípios com compromissos assumidos para o próximo orçamento.

Por essa razão, pedimos, desta tribuna, que as autoridades estaduais, as autoridades federais, e em especial as Secretarias do Transporte e da Agricultura, para que determinem a ida de técnicos àquelas regiões para avaliarem o que pode ser feito e a ajuda que poderá ser dada para solucionar problemas tão sérios como estes que foram, há pouco, abordados também pelo nobre Colega da Região do Oeste, Deputado Nilton Friedrich.

E, de nossa tribuna, também fazemos este apelo, conclamando as nossas autoridades estaduais e federais que façam esses levantamentos no Sudoeste do Estado, porque, sabemos que os dirigentes daquelas comunidades estão enviando expediente ao Sr. Governador do Estado e àquelas Secretarias referidas, às autoridades federais, conclamando e pedindo ajuda para fazer frente a tão difícil situação que atravessa o Oeste e o Sudoeste de nosso Estado.

Era o que tínhamos a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Darcy Deitos, inscrito.

O SR. DARCY DEITOS — (Lê): "Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tramita atualmente no Congresso Nacional o projeto oficial de Reformulação Partidária. O seu conhecimento por parte dos Parlamentares, intelectuais, trabalhadores e pelo povo em geral, já levou à indignação e a sucessivas manifestações de protesto, como aquela veemente nota emitida pelo Presidente do MDB, Deputado Ulisses Guimarães. Pois, é claro que esta reformulação partidária, tal como está no projeto, visa dividir a Oposição, quer dar livre liberdade de organização partidária. Visa mais excluir as massas populares ao acesso dos direitos fundamentais que lhes dar canais e expressão política e atuação para

se livrarem, nos planos econômico, político, social e cultural, da opressão e do arbítrio.

Senhores Deputados.

Não poderia, depois de ouvir as minhas bases, escutar o povo que represento nesta Casa, deixar de manifestar-me neste plenário, em direção do povo paranaense, sobre este acontecimento e o momento histórico de resistência democrática que vive a Nação. Hoje devemos mobilizar amplamente nossas forças para rejeitar este projeto de reformulação partidária, pois, é a única maneira de lutarmos pelas mais amplas liberdades políticas no País. A democracia não se gera no ventre do arbítrio, ela nasce e se desenvolve no seio do povo.

Decidiu-se um dia, em 1966, por ato Institucional, arbitrariamente, portanto, que o Brasil deveria ter somente dois partidos políticos; lançou-se aos quatro ventos o modelo do bi-partidarismo. Foram extintos por ato de força partidos políticos com raízes populares, gerados ao longo da história política do País. Mas no decorrer da luta de resistência democrática e popular, utilizando-se a fresta da liberdade, sob perseguições, cassações de mandatos, Lei Falcão, o MDB se transformou no desaguiadouro dos votos de protesto do povo contra o regime; em duas eleições nacionais derrotou o governo nas urnas, no mesmo momento em que falha o seu "milagre econômico", e vinha se transformando cada vez mais em uma frente decidida de oposições contra o tacão do arbítrio. Hoje, mais uma vez, arbitrariamente se quer decretar a extinção dos atuais partidos políticos, com cálculos na ponta do lápis, visando o regime mais se manter no poder que dar à Nação estruturas políticas que busquem uma saída para este estado de miséria, falta de liberdade, dívida externa, entrega do País nas mãos das multinacionais.

O MDB inscreveu em suas bandeiras e mantém como ponto essencial a luta pela mais ampla liberdade de organização partidária e de manifestação do pensamento. O MDB defende também, o direito do povo se organizar em sindicatos, associações, comitês etc. livremente, para defender os seus interesses de maneira associada para que se gere no seio do povo, de suas classes sociais, projetos de sociedade que tragam a maneira feliz e próspera de viver. Hoje, ao lutar contra esse projeto de reformulação partidária, mantém a sua coerência. Não há nenhuma contradição no fato do MDB defender o pluripartidarismo, o direito de todos formarem partidos políticos, e a luta contra a sua extinção.

O dia em que o MDB não mais servir ao povo, é ele que tem o direito de, nas eleições demonstrar isto. Quem tem o direito de auto-dissolver-se, se transformar ou dividir o Partido, são os militantes do MDB e não uma canetada do Palácio do Planalto. Esta é a questão fundamental. Não se traz liberdade praticando o contrário. O MDB não quer, não aspira o monopólio da Oposição brasileira, mas não pode admitir, por ser coerente com o mando que lhe deu o povo nas últimas eleições, aceitar a sua extinção como faz o famigerado artigo 2.º do atual projeto do Governo que se encontra no Congresso Nacional.

Antes mesmo da manifestação da Justiça Eleitoral, compete a ela, portanto, decidir pela extinção ou não, desse famigerado projeto do Governo que contém imperfeições a toda a prova, para dar sustentáculo ao regime de arbítrio, ao regime ditatorial em que vivemos.

Concedo o aparte ao Deputado Fiori Luiz.

O Sr. Fiori Luiz — Deputado Darcy Deitos, realmente o circo já está montado e a peça vai ser encenada. A Companhia Golbery-Portella Espetáculos Circenses, promete muitas atrações ao povo brasileiro. Os camarotes, os homens da banda, tendo como maestro o Presidente Figueiredo e na galera, nas gerais, 118 milhões de expectadores atordoados, não entendendo o que está acontecendo.

Eles querem assim, assim será, até que surja a reação popu-

lar.

Nenhum povo suporta quinze anos de exceção, de desmandos, de entreguismos, de uma inflação que dizem, vai para 75% até março de 1980.

Governo algum consegue segurar as águas represadas, quando as rachaduras aparecem e as águas vão rolar. É tudo questão de tempo, pois como diz o grande poeta Geraldo Vandré: "O povo faz a hora e não espera acontecer".

O ato vai começar. Os artistas recebem os últimos retoques na sala da maquiagem. Reformulação partidária sim. Combate à inflação, produção de alimentos, não; reformulação partidária, sim; cadeira para os vendilhões da Pátria, não; acabar com o MDB, sim; reforma agrária, não; justiça social para os 50 milhões de famintos, não; extinguir o MDB, pode, mas as multinacionais que tomaram conta desse País? Que não é um País subdesenvolvido, mas é um País sub-governado. Reforma partidária, pode; gritar independência e transformar este imenso gigante adormecido, num País para os brasileiros, não. Arrebanter o Movimento Democrático Brasileiro, pode, mas evitar a erradicação dos cafeeiros para que as multinacionais forcem o plantio da soja, ampliando a faixa dos bóias-frias, não.

Ninguém muda o destino de um povo, Deputado Darcy Deitos. A História é feita com ação e reação, avanços e recuos e esses homens do Governo, travestidos de mandatários do povo, serão julgados pelo próprio povo e pela sua história. É triste constatar que os traidores da Pátria, que os anti-nacionalistas, que os garçons da Santa Ceia no banquete dos interesses estrangeiros, estejam falando agora em liberdade partidária, em liberdade democrática, em abertura e em reformas. Que triste sina, Deputado Darcy Deitos, a deste querido e grande País que é o Brasil, mas infelizmente, sub-governado.

Muito obrigado, Deputado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós é que agradecemos o aparte do eminente Deputado Fiori Luiz, que vem engrandecer este modesto pronunciamento. Mas, prossigo, Sr. Presidente. Queremos reafirmar, nesta Casa e ao povo do Paraná o compromisso do M.D.B. pela mais ampla liberdade de organização partidária e de manifestação do pensamento.

O M.D.B. tem compromissos com o povo na luta por uma sociedade mais justa e igualitária; tem compromissos pela completa independência econômica e política do País; o M.D.B. tem compromissos com os trabalhadores, camponeses e pequenos proprietários e o povo. O M.D.B. não tem compromissos com projetos que buscam salvar o regime com mais uma meia sola.

O atual projeto vem tornar mais restrita ainda a anistia parcial que propôs e aprovou, por pouca margem de votos o Congresso Nacional, excluindo os anistiados de se organizarem em partidos políticos com características ideológicas.

E neste sentido o projeto é incoerente, com a própria exposição de motivos do Ministro da Justiça que acompanha o projeto, projeto que prevê a doação de bens numerários, através das pessoas físicas e jurídicas podendo serem deduzidos no Imposto de Renda. Isso é um verdadeiro absurdo, um verdadeiro descalabro, onde vai abrir a corrupção. Todo o grupo econômico interessado na eleição de alguém, dá-lhe dinheiro na mão e ele vai lá no Congresso, vem para as Assembléias para defender os interesses dos grupos econômicos.

É um descalabro e não pode passar este projeto, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O atual projeto é elitista, pois exige 10% de representantes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. Os biônicos da vida, assim têm seu direito quando o povo não tem. Quando representa a segunda via para o reconhecimento oficial do partido, com 5% dos votos em plano nacional, com um mínimo de 3% em nove Estados, nada mais faz que induzir a discriminação, entre aqueles que entram em breve funcionamento e aqueles que ficarão na fila de espera.

Mais ainda, a evolução da consciência democrática dos povos está demonstrando que mesmo as minorias têm direitos assegurados e não será a estipulação com a caneta de 5%, muito embora a Constituição preveja isto como mínimo que vem trazer a democracia.

Depois de quinze anos de opressão e perseguições, do obscurantismo cultural, do exílio interno e externo em que ficou o povo brasileiro, não se pode impor por decreto aquilo que se gera no seio do povo historicamente na sua consciência, confluindo suas aspirações aos poucos para se formarem partidos políticos autenticamente representativos. Ou, pelo menos, expressando uma parcela do povo, do seu ideário e tendo em ação em prol da liberdade e da libertação econômica e social.

Mas, queremos destacar perante esta Casa, que do ponto de vista histórico, o atual processo de abertura, o atual projeto de reformulação partidária, é um retrocesso com relação ao período após o Estado Novo, onde as várias correntes ideológicas puderam se organizar e se elegeu livremente uma Assembléia Nacional Constituinte.

A dimensão internacional dos fatos que vêm ocorrendo, com as quedas das Ditaduras, o processo pelo qual passou a Grécia, Espanha e Portugal, por exemplo, onde houve maior liberdade para a organização partidária, mostra um Brasil de liberdade restrita.

O que ocorreu em nosso País é que as elites se arrogaram o direito de dizer o que o povo deve fazer e como deve se conduzir, como o senhor comandava o escravo, como o fazendeiro, os seus peões.

Mas, o Brasil de hoje é diferente; formou-se um proletariado numeroso, os camponeses e massas rurais de "bóias-frias", o conjunto da intelectualidade, homens políticos de visão cultural e histórica, sabem que é inevitável a chegada do dia da conquista da mais ampla liberdade, que o povo, suas classes populares têm o direito de se organizarem e manifestarem-se as correntes ideológicas dos trabalhadores e dos oprimidos. O MDB hoje ao conclamar todos contra o ato de sua extinção, está chamando todos para este caminho, para a defesa da mais completa liberdade de organização e manifestação, defendendo hoje o direito de existir contra a sua extinção arbitrária, está defendendo a liberdade de cada partido político que venha a se constituir num regime de ampla liberdade.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Deputado Darcy Deitos, Vossa Excelência indiscutivelmente, ao falar em reformulação partidária, fala o que se debate hoje no Parlamento Nacional. Mas veja Vossa Excelência que a preservação de nosso partido encontra amparo até no direito natural. Entre os bens indisponíveis do homem está a vida; existem legislações que punem a tentativa do suicídio, porque o próprio homem não pode dispor do direito da vida.

O partido político ao reunir homens, ao ser eminentemente uma associação humana, também tem, até no direito natural, sustentação e argumentação para não ser dissolvido pela força. É um verdadeiro homicídio partidário que se procura cometer. Ademais, Sr. Deputado, o partido político é uma instituição que brota de um agrupamento humano que espontaneamente nasce numa sociedade, para tentar a disputa do poder.

Ora, este poder não foi colocado em disputa ainda no Brasil. Então, o MDB, efetivamente, não cumpriu ainda a sua missão, a qual seja, de restaurar as liberdades democráticas, de trilhar aquele penoso caminho, de sair da exceção, da ditadura, até que a sociedade pudesse participar do Governo.

Nós vivemos ainda num regime autoritário, num regime elitista, como disse Vossa Excelência. Se este regime perdura, é evidente que até historicamente se impõe a permanência do MDB.

Por isto, quero dizer a Vossa Excelência de que a força,

em determinados momentos, apresenta certa eficácia. Mas, no curso da História, a força nunca adiantou contra as idéias. As idéias podem ser reprimidas, mais jamais serão vencidas. Tenho absoluta certeza que os homens que hoje se agregam ao MDB, os homens, os homens que enfrentaram de peito aberto a ditadura, estes homens têm uma consciência hoje no Brasil, de qual seja o mecanismo, casuismo, qual seja o subterfúgio que o Governo use, assim mesmo esses homens permanecerão unidos para efetivamente, restaurarem no Brasil as liberdades democráticas e cumprirem aquilo mesmo que se determinaram - de fazer com que o povo possa ser participante e o povo possa ser senhor dos destinos brasileiros.

Muito obrigado.

O SR. DARCY DEITOS — Nós que agradecemos o seu aparte, eminente Líder Nilso Sguarezi, porque atrás desse projeto esconde-se outros objetivos do Governo, tais como a prorrogação dos mandatos de Prefeitos e Vereadores, que outro objetivo não tem a não ser de manter o mesmo Colégio Eleitoral para uma vez mais impor a sua vontade, elegendo os Governadores indiretamente. É esta a denúncia que o MDB tem que fazer à Nação brasileira.

Mas, finalizo, Sr. Presidente, digamos um não hoje a esta reformulação partidária, lutemos firmemente pela mais completa liberdade, e tenhamos amanhã o que entregar como resultado histórico aos nossos filhos. A geração-futura viverá num País livre, com conquistas sociais, livre da espoliação das multinacionais e independente politicamente.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Fabiano Braga Côrtes) No horário reservado à Liderança do Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao nobre Deputado Nilso Sguarezi.

O SR. NILSO SGUAREZI — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê): "Nos próximos dias 2, 3 e 4 de novembro, estará sendo realizado em Salvador, um Seminário de Educação e Classes Trabalhadoras congregando liberdades de trabalhadores brasileiros e, especialmente educadores e professores.

Deverá constituir mais uma etapa de um processo de revisão da realidade educacional brasileira, que uma entidade de Curitiba - o Centro de Pesquisas e Avaliações Educacionais - CEPAED, promove com a colaboração do Convênio cultural e do Trabalho Conjunto, organizações que na Bahia reúnem muitas associações de profissionais.

Essa tarefa nacional, tendo o Paraná e a Bahia como eixos, já deu frutos desde o início deste ano, com uma "Carta de Salvador" onde essas entidades alertam os trabalhadores, educadores, professores e estudantes sobre a grave situação educacional brasileira.

Em continuidade, as entidades patrocinadoras desses estudos críticos mobilizaram muitas associações e sindicatos para enfrentarem o problema. E, como resultado dessa mobilização, pelo Brasil a fora, se endereçam grupos de trabalho e associações para essa magna questão nacional: a educação das classes trabalhadoras e seus filhos.

Em Curitiba, de 08 a 14 deste mês, foi realizado um seminário sobre este tema, e cujas conclusões foram amplamente divulgadas. O que se estranha é que as referidas conclusões contenham formal condenação à Política Nacional de Educação, ao Sistema Brasileiro de Ensino, e não recebem o SIM ou o NÃO da parte das autoridades responsáveis pelo setor no Estado.

Sob o título de "Por uma Política Democrática e Popular na Educação", o documento conclusivo faz candente crítica ao Sistema e à Política Nacional da Educação. Mas não apenas uma crítica; uma invalidação cabal do que existe como educação patrocinada pelo Estado brasileiro. E do que somos uma extensão, no Paraná.

Realizado pelo CEPAED, pela Associação dos Professores do Paraná; pela Associação dos Professores Liberais do Paraná;

por três Associações de Bairros de Curitiba, pela Comissão de Justiça e Paz, pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná; pela Associação dos Economistas do Paraná; pelo Centro Brasileiro de Estudos da Saúde, de Curitiba, pela Associação dos Médicos Residentes de Curitiba, e com a participação do Centro de Educação - Recreação Infantil, de Joinville, da Secretaria da Educação de Lages, do Centro da Mulher Brasileira, de São Paulo, do Centro da Pastoral Vergueiro, de São Paulo; além de muitos educadores, professores e intelectuais. Não parece possível ignorar o que se apresenta como conclusão desse seminário: ou ele está equivocado quanto à avaliação da educação que hoje temos no Paraná e no Brasil, ou ela não presta. Quero dizer, não serve; é maléfica.

O que mais impressiona no documento é que ele não tem meias palavras. Conclui que não presta o nosso sistema de educação, que é uma aberração.

Ora, não parece possível ignorar o que ali está contido.

Diz o documento "... este é o aspecto mais grave da questão: não é mais a insuficiência do número de escolas, sequer a focalização das escolas que constituem o principal problema da educação brasileira. Há evidências de que o tipo e o caráter da escola são o centro das preocupações da sociedade brasileira". Naturalmente, por sociedade, entenda-se aqui, aqueles que convivem intimamente com o sistema de ensino.

Referenciado às estatísticas da marginalização de milhões de crianças e adultos à margem dos benefícios sociais, inclusive da escolarização; e apontando que a desescolarização vem aumentando; que o sistema tenta remendar essa situação com o MOBREAL, que é uma instituição viciada de origem, alienante e com propósitos suspeitos de lavagem cerebral e clientelismo político, além de tomar os próprios recursos destinados à educação regular; o documento enfatiza a agressividade do sistema contra o povo, a grande negociata de o poder público estipendiar as escolas particulares, em detrimento de suas obrigações constitucionais.

Um quadro terrível de crianças pobres que não são suficientemente atendidas; que enfrentam atitudes elitistas, que são marginalizadas dentro do próprio sistema que não foi feito para as classes trabalhadoras.

Mas as escolas são construídas com os frutos do trabalho, que é a base do desenvolvimento econômico e social. E essas escolas construídas com o fruto do trabalho não abrigam as crianças das classes trabalhadoras. Metade dessas crianças, no Brasil, não vão à escola por absoluta falta de meios; e dos que chegam à escola, 4/5 não chegam ao quarto ano.

Porém, não exultem os elitistas; não sacudam os ombros. Suas crianças também são submetidas ao massacre da domesticação e da alienação. São submetidas à incompetência que os tecnocratas da educação erigiram em sistema nacional de educação. Com certeza, não os temos apenas no Ministério da Educação e Cultura; temos-os presentes nas secretarias e até, quem sabe, como delegados de confiança nas regiões e nas instituições escolares.

As conclusões deste seminário de Curitiba são, assim, muito valiosos. Informam nossa realidade com aspectos críticos sérios e profundos.

Contestam a Política Nacional da Educação. Desmentem suas prestações de contas; ridicularizam seus intentos reformistas, porque o sistema não presta, e assim, não cabe meia-sola. É um desastre e uma catástrofe nacional.

Contestam e afrontam os tecnocratas da educação, aqueles que vivem nas salas e ante-salas vendendo sua sabedoria em troca de mando e prestígio. Não sabem nada; são incompetentes. Ou ... se preferirem, agiram e agem de má-fé, destruindo nossa capacidade de superar o subdesenvolvimento. Atacando no coração do problema de nossa dependência: a educação, os conhecimentos gerais e a aquisição técnica.

Diz o seminário: ... "Além disso, os recursos crescentes do MOBREAL são em grande parte um desvio das aplicações que deveriam ser destinadas ao ensino fundamental, na idade mais adequada. Todavia, esse "desvio" não está despido de intencionalidade, uma vez que a idéia de preparação de mão-de-obra barata e submissa permeia todo o sistema educacional brasileiro, e aqueles que têm idade acima de 14 anos já são "funcionalmente produtivos".

Fala sobre os objetivos reais da Lei n.º 5692/71: "Sua filosofia consagra, no fundamental, a "preparação para o trabalho", que se apresenta concretamente como preparação de mão-de-obra subqualificada, como mão-de-obra barata para um mercado de trabalho saturado ou ainda em criação." Alguém deseja uma explicação mais ajustada à situação do ensino brasileiro? Em todos os níveis, em todos os graus?

Descendo ainda mais fundo no poço da educação brasileira, diz o texto: ... "A sociedade brasileira está experimentando uma fase de saturação das "descobertas" e promoções patrocinadas pelo Estado autoritário. Foi submetida à imposição de um modelo cultural e educacional desenraizado em seu meio. Na cultura, os modelos e detritos usados nos países desenvolvidos; na educação, o treinamento e a domesticação, com bandeiras de funcionalidade e eficiência, desde a mais tenra infância."

"E para relaxar tensões sociais, o Estado oferece o lazer, o entretenimento, o espetáculo, a montagem cultural, o espaço, a "idéia criativa", utilizando paralelamente à indústria cultural, o lixo cultural e a domesticação social e política. Exatamente, encima da capacidade que subtraiu à criança e ao cidadão de lutarem e proverem espaço, imaginação, criatividade, arte e cultura próprios."

Não haverá resposta dos tecnocratas, dos dirigentes da política educacional em nosso Estado. É muito mais cômodo ficar calado; ficar em silêncio para não enfrentar a crítica contundente.

E então, nos perguntamos: quando teremos os participantes do Seminário de Curitiba, esses educadores, professores, intelectuais, dirigindo a educação brasileira? Já que conhecemos nossa realidade educacional muito melhor do que nossas autoridades na área da educação? Ou será impossível vencer a burocratização da educação, e teremos que conviver com uma doença tão grave que destrói nossas possibilidades de instrução, ensino e educação, e que é uma das mentiras mais caras ao sistema econômico brasileiro. Caras no sentido do apego e do desejo de dominar toda a sociedade, e não no sentido de recursos, pois, eles são poucos e malbaratados.

Na verdade, somente a sociedade poderá mudar a sociedade...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao nobre Deputado David Cheriegate, inscrito.

Antes, porém, a Mesa registra a presença, em nosso plenário, do Sr. Orli Sarolli, Presidente da Associação Comercial de Cascavel.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, tivemos a honra de entregar à Mesa desta Casa, um projeto de lei concedendo o título de cidadão honorário ao Deputado Federal Arnaldo Busato, assinado pela maioria dos Deputados componentes deste Parlamento.

(Lê): "Olhem o Paraná de hoje e confirmem o Paraná de ontem, na área de saúde.

Não existe, hoje, um município, ou um distrito deste Estado, que não tenha ouvido falar em Arnaldo Busato. Ele semeou o bem, o amor e levou tranquilidade a milhares de lares paranaenses. Ele procurou fazer com que cada cidade do Paraná tivesse o seu médico. Mas, diante das dificuldades que encontrou, passou a mobilizar a comunidade, para que os ensinamentos básicos de Medicina Preventiva chegassem a todos os

paranaenses.

Vejam no que foi transformada a Escola de Saúde Pública, para a qual Busato convocou os serviços desse extraordinário professor que é o médico Jayme Drumond de Carvalho, ensinando a dar assistência de emergência, acolhendo parteiras e dando a elas condições de encaminhar um parto; formando as socorristas rurais; enfim, transformando o Paraná na aldeia global da Medicina Preventiva que, hoje, permite a melhoria do atendimento ao povo, na área de Medicina Preventiva.

Não somos mais um Estado sem saúde, um Estado com altos índices de mortalidade infantil e com estatísticas preocupantes de doenças que poderiam ser prevenidas pela vacinação.

O Sr. **Gabriel Manoel** — Deputado David Cheriegate, ouvindo

Vossa Excelência propor uma honraria a um homem do gabarito de Arnaldo Busato, vemos todo o Paraná num misto de alegria e misto de tristeza, porque, Arnaldo Busato, o nosso companheiro ex-Deputado, Deputado Federal, Secretário da Saúde, homem que lutou pelo Paraná, e neste instante, ao ser solicitado um título para Arnaldo Busato, comovidos ficamos porque sabemos que é uma das maiores e mais singelas homenagens que se faz a um homem que lutou pelo Paraná e por sua gente.

Tem Vossa Excelência, como sempre teve, a nossa admiração. Ao procurar dar, em nome do Paraná, em nome desta Casa, um título a esse homem, a esse jovem que levou ao Paraná, a saúde; que levou ao povo menos favorecido pela sorte, àqueles homens de mãos calosas como diz ele, que puxavam o rabicho da enxada e o rabicho do arado, levou o conforto, levou a saúde e levou também, o consolo do bom amigo.

Está Vossa Excelência de parabéns, e queremos que homens como Arnaldo Busato continuem a merecer o prestígio, independentemente de sigla partidária, o prestígio e a gratidão do povo paranaense, do povo brasileiro que, como Pestalozzi ao ensinar os humildes a viver, a ensinar os pobres a sentarem nos bancos escolares, Arnaldo Busato ensinou o povo do Paraná e o povo menos favorecido, o povo humilde, a saúde, o carinho e a fraternidade cristã.

Muito obrigado.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Agradeço o aparte, e concedo outro ao Sr. Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. **Tércio Albuquerque** — Agradeço, caro Deputado David

Cheriegate, e me parablenizo com Vossa Excelência em primeiro lugar, pela brilhante idéia de trazer um pedido a esta Casa de Leis, para se dar um título de Cidadão Honorário a um dos homens mais honrados deste Estado, uma das figuras representativas de todo o Interior paranaense, homem este que iniciou sua carreira profissional, como médico, no Interior do nosso Estado, na cidade de Clevelândia; teve pelo voto livre do povo paranaense, sua primeira eleição com a soma de 7.000 votos, chegando a esta Casa, e, na sua segunda eleição, reeleito com 44.000 votos como o Deputado mais votado nesta Assembleia Legislativa, na sua época. Um homem que todo o Interior do Estado conhece, que jamais usou de palanques e tribunas públicas para atacar a personalidade de qualquer pessoa, homem que somente distribuiu a fé, o carinho e a saúde, quando palavras dele sempre foram ditas, que, o maior patrimônio do ser humano é a própria saúde. Estas são, sempre, as palavras de Arnaldo Busato, dedicadas ao povo humilde do nosso Estado e, hoje é o terceiro Deputado Federal mais votado do nosso Estado. Um homem que toda a sua vida tem sido dedicada ao povo paranaense, de família humilde do Estado de São Paulo, da cidade de Jaú, galgou no Paraná uma amizade profunda que aqui mesmo nesta Casa é patente pelos Deputados da Oposição e da Situação. Todos nós, unidos, admiramos a personalidade alta e fiel de Arnaldo Busato que sempre em benefício do Paraná, dedicou o seu trabalho e dedica sempre, e continua lutando.

Muito obrigado, David Cheriegate, em nosso nome, por ter trazido a esta Casa, esta solicitação. Haverá o Paraná inteiro de reconhecer que este título que Vossa Excelência pede; se muitos brasileiros aqui já receberam esta honraria, faltava a Arnaldo Busato, este direito que todo o povo deseja que lhe dedique neste momento, o Título de Cidadão Honorário.

Muito obrigado.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Agradeço o aparte do Deputado Tércio Albuquerque.

O Sr. Nilso Sguarezi — Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. DAVID CHERIEGATE — Com a maior satisfação, concedo o aparte ao nobre Líder do MDB, e nesta oportunidade, nós queríamos agradecer de público a iniciativa que os Deputados da Oposição tiveram de, junto conosco e com a grande maioria de Deputados da ARENA, também assinar esse projeto, dando o Título de Cidadão Honorário ao Dr. Arnaldo Busato.

Tem o aparte.

O Sr. Nilso Sguarezi — Quero, em nome pessoal, Deputado

David Cheriegate, portanto não possa fazê-lo em nome da Bancada, embora ao consultar os Colegas que consegui consultar, nenhum deles tenha se mostrado contrário à proposição que Vossa Excelência apresenta hoje. Mas quero dizer a Vossa Excelência, em nome pessoal, e inclusive, justificar a minha posição que sempre foi sistematicamente contrária a este tipo de projeto de lei.

Depois de cinco anos de mandato nesta Casa, pela primeira vez subscrevo e dou meu apoio e votarei favoravelmente ao Título de Cidadão Honorário e o faço com maior tranquilidade, porque Arnaldo Busato, meu adversário político, disputa votos comigo na mesma área, homem do Sudoeste, não poderia deixar de reconhecer que a homenagem, realmente tem méritos e tem um propósito essencialmente democrático. Voto pela concessão de título de Cidadão Honorário a Arnaldo Busato, porque este é um homem que gaçou na sua vida pública, com fruto de seu trabalho, de sua liderança pessoal, da sua dedicação exclusiva, porque Arnaldo Busato faz política 24 horas por dia, e se tem sido, nos últimos anos, um dos Deputados mais votados do Paraná, tenho certeza, é exclusivamente em função dos seus méritos pessoais.

Por isso, acredito que o Paraná se sentirá honrado em ter no seu elenco, no seu quadro de Cidadãos Honorários, um homem da fibra, da estirpe de um verdadeiro democrata como é Arnaldo Busato.

Muito obrigado.

O Sr. Ailton Cordeiro — Peço um aparte a Vossa Excelência, Sr. Deputado.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Concedo, com muita satisfação, o aparte ao nobre Deputado.

O Sr. Ailton Cordeiro — Senhor Deputado, inicialmente gostaria de solicitar permissão a Vossa Excelência para subscrever o projeto de lei de sua autoria, concedendo uma das mais justas homenagens a um dos grandes líderes populares do Paraná.

Arnaldo Busato, na sua vida pública, tem a felicidade de ser amado pelo seu eleitor, pelo seu amigo, pelo seu companheiro, porque ele, no seu aperto de mão, sempre colocou seu sentimento, porque ele no seu aperto de mão, sempre colocou o seu coração, o seu carinho pelo seu semelhante e esta marca de Arnaldo Busato, há de ser sempre lembrada por todos nós, como até hoje é lembrada pelos seus companheiros de todos os pontos do Paraná e esta é uma qualidade magnífica que tem um homem público, e esta qualidade Arnaldo Busato disseminou pelo Paraná inteiro. Por isso, sinto-me profundamente feliz ao apartear Vossa Excelência neste momento e ao poder ter a honra de subscrever um projeto de lei que tem por finalidade, homenagear um dos grandes homens públicos do nosso Estado.

Meus parabéns a Vossa Excelência e o meu reconhecimento

to da mais profunda justiça por esta homenagem prestada ao Deputado Federal Arnaldo Busato.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Agradeço o aparte do nobre Deputado.

O Sr. Erondy Silvério — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento do orador).

Antes que Vossa Excelência prossiga com a leitura da justificativa, embora um título concedido a Arnaldo Busato não necessite de justificativa. E que a lei também, ao meu ver, seria inócua porque Arnaldo Busato já conquistou a Cidadania do Paraná pelo brilhantismo da sua trajetória política e pelo desempenho que ele teve nas duas vezes em que foi Secretário de Estado dos Negócios da Saúde Pública. E também uma outra atividade do nobre Deputado Arnaldo Busato, não mencionada e de muita profundidade, de muito valor para a juventude paranaense.

Ele junto com o professor Calixto, preside a Campanha Nacional das Escolas da Comunidade, que são escolas gratuitas criadas com o objetivo de levar aos necessitados, aos deserdados da sorte, a felicidade das primeiras letras.

Nós convivemos com Arnaldo Busato nesta Casa, tivemos esta felicidade, de 1966 a 1970 e pudemos aquilatar de perto a excelência do seu caráter, a sua integridade moral, bem como o seu eterno dinamismo, o seu eterno otimismo contagiante. Nos piores momentos que esta Casa viveu, durante a edição do malfadado AI-5, quando acabrunhados os Deputados reunidos no Gabinete da Presidência da Casa viviam horas incertas e dias incertos, foi Arnaldo Busato com aquele seu otimismo quem levantou a moral praticamente da Casa, contagiando a todos.

Esses são episódios que eu estou citando aqui, que marcam indelevelmente a vida de um homem público. A homenagem que Vossa Excelência presta, também outros Srs. Deputados, ex-Deputados, ex-Secretários de Estado, também o fazem por merecer. Muitos ainda aí prestando excelentes serviços à comunidade já foram Deputados, Secretários de Estado, enfim, ocuparam cargos de relevância.

Mas Arnaldo Busato aliou isto a uma qualidade indiscutível, de condutor das massas. Foi como disse o nobre vice-Líder da ARENA, Deputado Ailton Cordeiro, ele era e é amado pelos seus eleitores. Isto, efetivamente, marca o homem público.

Por isso, ao projeto de lei que Vossa Excelência traz à apreciação da Casa, deve ser votado porque é uma condição, é a Constituição, é uma lei estadual que diz que para se conceder a Cidadania Honorária o homenageado deve ter tais e tais atributos, tais e tais requisitos.

Então, por isto nós subscrevemos e vamos votar prazeirosamente o anteprojeto de lei de Vossa Excelência. Mas, Arnaldo Busato realmente não necessita disso. Ele já conquistou a Cidadania do Paraná há muitos anos no coração do povo paranaense.

Em todo o caso, me congratulo e me felicito, porque foi Vossa Excelência quem teve a iniciativa e a idéia feliz de transformar em lei o que já é do coração do povo paranaense.

(Tímpanos).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — A Mesa comunica ao nobre Deputado que Vossa Excelência tem um minuto para a conclusão do seu pronunciamento.

O SR. DAVID CHERIEGATE — Reservo este último minuto somente para ler o último parágrafo deste pequeno pronunciamento, onde eu diria que Busato é um exemplo a ser seguido. Exemplo ao povo, de amor à causa pública, exemplo de liderança e principalmente exemplo de humildade.

Não é apenas um político brilhante, conquistador de votos, mas, principalmente, um político que sempre conquistou suas eleições através de sua sagrada missão de servir com amor. E servindo com amor este Paraná, ele está consagrado

pelo Paraná inteiro, onde mais de 250 municípios já lhe outorgaram o título de Cidadania Honorária, na maior demonstração de todos os tempos, da consideração para com a autenticidade de sua liderança.

O título de Cidadania do Paraná, que todos os Deputados desta Assembléia lhe outorgarão nos próximos dias, Sr. Presidente e Srs. Deputados, não é, portanto, nada mais do que uma ratificação do desejo do povo que através de Prefeitos, através de Vereadores de tantas Câmaras Municipais, através de Prefeitos Municipais eleitos pelo povo, já consagraram Arnaldo Busato como Cidadão do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Braga Côrtes). — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 57 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Fabiano Braga Côrtes, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado David Chierigate, com o apoio de diversos Srs. Deputados, constante do expediente. — Ao Departamento Legislativo.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 115/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 120/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Presidente Castelo Branco, objetivando a execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 116/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 123/79), que aprova Convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Teneiras do Oeste, objetivando a execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 117/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 125/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Campo Mourão, objetivando a execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 118/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 141/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de São Tomé, objetivando a execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

2.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 83/79, de autoria do Deputado DEL CIEL, que fixa novos limites para Distritos

Administrativos do Município de Londrina. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 119/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 106/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado e o Município de Santa Cruz do Monte Castelo, objetivando a execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 120/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 118/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Paranavaí, objetivando a execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 121/79, de autoria da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, (Mens. Govern. n.º 122/79), que aprova convênio celebrado entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Londrina, que objetiva a execução de obras de combate da erosão na sede do referido município, previstas no Programa Especial de Controle da Erosão do Solo Urbano no Noroeste do Paraná. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 143/79, de autoria do Deputado CARLOS ZANLORENZI, que declara de utilidade pública o "Seminário São José de Curitiba", com sede e foro nesta Capital. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 143/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o "SEMINÁRIO SÃO JOSÉ DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 26 de setembro de 1979.

a) CARLOS ZANLORENZI

JUSTIFICATIVA:

Conforme se infere da documentação que ora fazemos juntar ao plano de lei, a entidade em questão está em condições de ser declarada de utilidade pública, visto que preenche todos os requisitos legais.

Na verdade, tem seu estatuto social devidamente registrado no Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas competentes.

Os membros de sua diretoria não percebem qualquer tipo de remuneração.

Está em regular funcionamento há mais de 01 (um) ano, presta relevantes serviços à coletividade, cuja finalidade é preparar científica e moralmente os candidatos ao Sacerdócio da Arquidiocese de Curitiba.

Isto posto, apresentamos o presente projeto de lei à consideração de nossos nobres Pares, esperando se lhe dê o indispensável apoio e a final aprovação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 143/79

I — O presente projeto de lei de autoria do nobre Deputado Carlos Zanlorenzi, objetiva declarar de utilidade pública o "SEMINÁRIO SÃO JOSÉ DE CURITIBA", com sede e foro nesta Capital.

II — A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública se encontra perfeitamente enquadrada nas exigências das leis que disciplinam a matéria.

III — Em assim sendo, não encontramos qualquer óbice de ordem legal ou constitucional que possa obstar sua livre tramitação nesta Casa de Leis, e o nosso parecer portanto é pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

aa) RENATO BERNARDI — Presidente

JOSÉ TAVARES — Relator

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 144/79, de autoria do Deputado BASÍLIO ZANUSSO, que autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Mandaguáçu, área de terra que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 144/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Mandaguáçu, o lote de terra n.º 26, da Quadra F, da Vila Alto da Glória, com área de 482,02 metros quadrados, que se destinava à construção do Fórum local.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de setembro de 1979.

a) BASÍLIO ZANUSSO

JUSTIFICATIVA:

Justificamos a nossa pretensão no presente plano de lei, haver o Município de Mandaguáçu doado, para o mesmo fim, em local mais recomendável, os lotes números 20, 21 e 22, com área total de 1.800 metros quadrados, da Quadra 03, da Vila Franchello, tudo conforme as fotocópias em anexo ao presente.

Assim sendo, nada mais justo que se devolva ao município o lote em questão, pois deste modo a Prefeitura poderá dar-lhe outra destinação.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 144/79

O nobre Deputado Basílio Zanusso, com o presente plano de lei, objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Mandaguáçu, área de terra que especifica.

Como suporte à sua iniciativa o nobre Deputado autor do projeto apresenta bem fundamentada justificação.

O plano de lei em exame não fere qualquer dispositivo constitucional ou legal, pela que o nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1979.

aa) NELTON FRIEDRICH — Presidente

AUGUSTO CARNEIRO — Relator

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — A Mesa registra, com satisfação, a presença em nosso plenário, do nobre Deputado Federal Álvaro Dias.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Rosário Pitelli, constante do expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Euler de Carvalho, ocorrido em Cornélio Procópio. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, constante do expediente, solicitando voto de regozijo pela passagem do 18.º aniversário da criação e instalação do Município de Campina da Lagoa. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Camargo, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a diversas autoridades, em forma de apelo, no sentido de que sejam tomadas providências visando suspensão temporária da exportação de erva-mate cancheada. — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao jornalista Ronald S. Stresser, pela sua eleição ao cargo de Diretor-Presidente do "Diário do Paraná". — **Aprovado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Lázaro Dumont, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Cardeal e Patriarca Dom Iossef Slipyl, líder da Igreja Católica Ucraniana, pelo transcurso de seus 40 anos de Ordenação Episcopal. — **Aprovado.**

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (**Pela ordem**). — Sr. Presidente, requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (**Fabiano Braga Côrtes**). — Deferido. Será procedida a verificação de votação.

Os Srs. Deputados que aprovam o requerimento de autoria do Sr. Deputado Domício Scaramella, queiram levantar-se. — (**Pausa**). — Os Srs. Deputados que o rejeitam, queiram levantar-se. — (**Pausa**).

14 Srs. Deputados aprovam; nenhum Sr. Deputado rejeita.

Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 05, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 83/79 e 147/79.

2.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 143/79 e 144/79 e dos Projetos de Resolução n.ºs 119/79, 120/79 e 121/79.

1.ª DISCUSSÃO — dos Projetos de Resolução n.ºs 97/79, 122/79, 123, 124, 125, 126, 127, 128 e 129/79.

Levanta-se a sessão.